

Nº 183 – Rendimento de todas as fontes 2016 e 2017 no Ceará

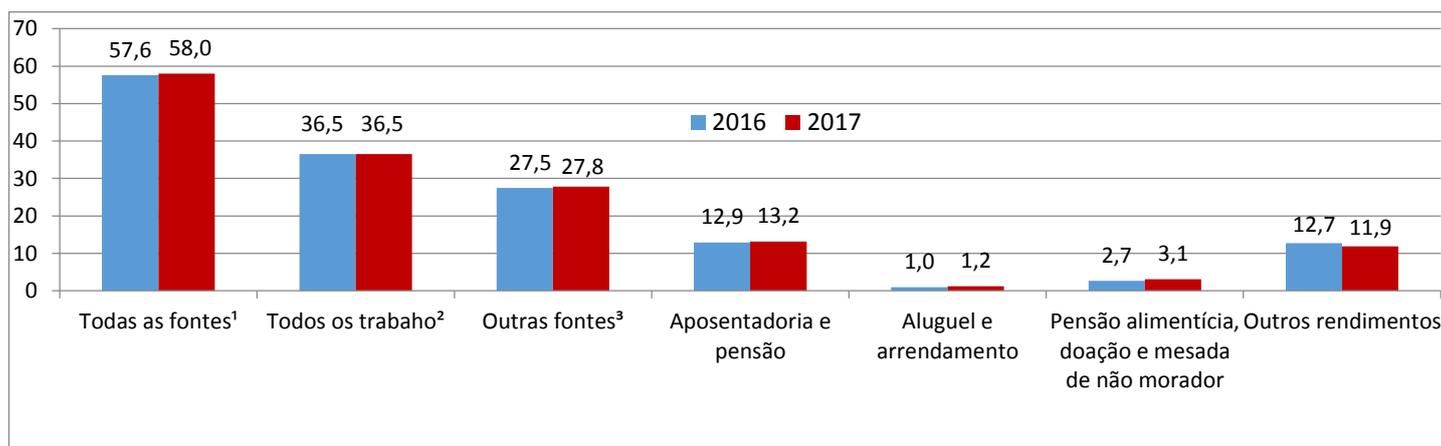
Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Rendimento médio dos cearenses cresce, mas desigualdade aumenta no Estado.

1. Introdução

Segundo informações divulgadas pelo IBGE, em 2017, havia 9,0 milhões de pessoas residindo no Ceará, 56 mil pessoas a mais que 2016 (8,9 milhões). O que representava 4,4% da população brasileira e 15,8% da população nordestina. Do total, em 2017, 58,0% possuíam algum tipo de rendimento (5,2 milhões). Sendo que 36,5% da população de 14 anos ou mais possuíam rendimentos de todos os trabalhos. Enquanto que 27,8% de todos os cearenses obtinham rendimentos de outras fontes. Não havendo mudanças significativas entre 2016 e 2017.

Gráfico 1: Pessoas com rendimento na população residente, por tipo de rendimento – Ceará – 2016 e 2017 (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

Nota: (1) Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

(2) Apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

(3) Pessoas de todas as idades com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

Para aqueles que recebem rendimentos que não é proveniente do trabalho, o mais frequente entre a população cearense é de aposentadorias ou pensões (13,2%, em 2017); 3,1% recebiam rendimentos de pensões alimentícias, doação e mesada de não morador; 1,2% de alugues e arredamentos e 11,9% de outros rendimentos (inclui seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimento de poupança e etc.). No período analisado, o rendimento que mais sofreu variação foi o de pensões alimentícias (positivo) e de outros rendimentos (negativo).

2. Características sociodemográficas da população residente ocupada no Ceará

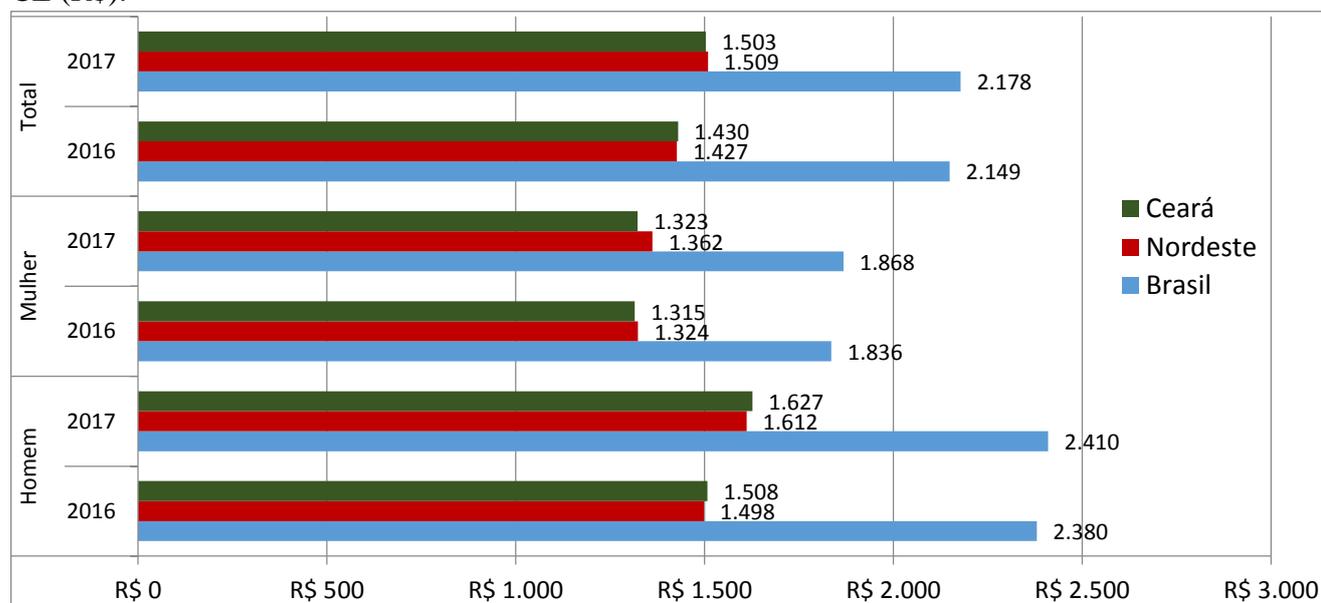
Em 2017, o mercado de trabalho cearense era composto por 3,3 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade residentes ocupadas. Especificamente, de acordo com as estatísticas da PNAD, este mercado era

Nº 183 – Rendimento de todas as fontes 2016 e 2017 no Ceará

composto majoritariamente pelo gênero masculino, onde a participação dividia-se em 59,1% de homens e 40,9% de mulheres. Pardos representavam 66% desta população específica, brancos 27%, enquanto negros compunham a minoria do mercado com apenas 6% da população analisada. Quanto à idade, destaca-se que a população da faixa etária entre 18 e 39 anos no período analisado compunha 55,4% do mercado, enquanto 43,5% representavam aqueles que possuíam 40 anos ou mais de idade.

Enquanto o Brasil apresentou uma queda em sua massa mensal de rendimento¹, passando de 197,5 bilhões em 2016 para 194,2 bilhões em 2017, o Ceará apresentou um aumento nesta mesma, passando de 4,7 bilhões para 5,1 bilhões no mesmo período analisado. A média do Ceará estabeleceu-se, em 2017, em 1.503 reais (73 reais maior quando comparada à média do ano anterior, ou seja, uma variação positiva de 5,10 p.p) e, apesar de não apresentar grandes diferenças com a média nordestina, mostrou-se 45% menor do que a média brasileira (estabelecendo uma diferença de 675 reais).

Gráfico 2: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de acordo com gênero e total para BR, NE e CE (R\$).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

No entanto, quando analisados os rendimentos médios mensais de acordo com o gênero (como ilustrado pelo Gráfico 2), é possível observar que, em ambos os gêneros, os rendimentos tiveram uma variação positiva quando comparados os anos de 2016 e 2017 para o Brasil, Nordeste e Ceará.

Assim sendo, o Brasil apresentou uma pequena diferença entre as variações dos rendimentos entre os gêneros no período analisado (1,3 p.p para os homens e 1,7 p.p para as mulheres), já o Nordeste e o Ceará, estes apresentaram uma variação maior nos rendimentos dos homens quando comparados aos das mulheres (no Nordeste as variações foram de 7,6 p.p para os homens e 2,9 p.p para as mulheres, já no Ceará as variações foram de 7,9 p.p e 0,6 p.p nesta mesma ordem).

¹ De acordo com a definição do IBGE, a massa de rendimentos reais efetivamente recebidos em todos os trabalhos pelos ocupados diz respeito à soma dos rendimentos deflacionados efetivamente recebidos no mês de referência por todas as pessoas em todos os trabalhos que tinham na mesma semana de referência.

Desta maneira, para o ano de 2017, o Ceará apresentou uma taxa de proximidade (isto é, a proporção de rendimentos das mulheres em relação ao dos homens) de 81,31%, onde os rendimentos médios mensais para homens e mulheres foram de 1.627 e 1.323 reais, respectivamente. Já o Brasil, apesar deste apresentar uma grande diferença entre os rendimentos, tanto para os homens, quanto para as mulheres, quando comparado ao Ceará, apresentou uma taxa de proximidade menor de apenas 77,5%, mostrando uma maior desigualdade salarial entre os gêneros.

O nível de instrução da população ocupada representa um importante indicador, uma vez que o rendimento de um indivíduo ao longo da sua vida tende a apresentar uma correlação positiva com seu grau de instrução alcançado.

Assim sendo, em 2017, aqueles que não haviam se quer completado o ensino fundamental representavam 31,9% da população ocupada no Ceará. Dentro deste grupo, aqueles que não tinham qualquer grau de instrução, ou menos de um ano de estudo, possuíam o menor rendimento médio mensal entre os grupos analisados de 594 reais (apresentando uma variação negativa de 3,3 p.p quando comparado ao ano anterior) e, aqueles que não haviam completado o ensino fundamental, apresentaram um rendimento de 794 reais (uma queda de 1,1 p.p dentro do período analisado).

Tabela 1: Rendimento médio mensal real de todo os trabalhos por nível de instrução - 2016 e 2017 – BR, NE, CE (R\$)

Abrangência	Nível de instrução	2016	2017	Variação (%)
Ceará	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	614	594	-3,3
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	757	749	-1,1
	Ensino fundamental completo ou equivalente	1.090	979	-10,2
	Ensino médio incompleto ou equivalente	1.005	891	-11,3
	Ensino médio completo ou equivalente	1.381	1.366	-1,1
	Ensino superior incompleto ou equivalente	1.715	1.783	4,0
	Ensino superior completo	4.099	4.152	1,3
Nordeste	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	591	584	-1,2
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	751	767	2,1
	Ensino fundamental completo ou equivalente	984	963	-2,1
	Ensino médio incompleto ou equivalente	892	954	7,0
	Ensino médio completo ou equivalente	1.310	1.319	0,7
	Ensino superior incompleto ou equivalente	1.696	2.014	18,8
	Ensino superior completo	4.167	4.279	2,7
Brasil	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	884	842	-4,8
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	1.140	1.192	4,6
	Ensino fundamental completo ou equivalente	1.395	1.409	1,0
	Ensino médio incompleto ou equivalente	1.186	1.300	9,6
	Ensino médio completo ou equivalente	1.716	1.727	0,6
	Ensino superior incompleto ou equivalente	2.042	2.186	7,1
	Ensino superior completo	5.189	5.110	-1,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

Nota: Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços de 2017.

Rendimento captado apenas para pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade.

A proporção da população ocupada no Ceará que havia concluído o ensino médio era de 52,1% em 2017 e seu rendimento médio era de 1.366 reais. Apesar de apresentar de uma diferença pequena quando

comparado ao Nordeste, o Ceará foi o único que apresentou uma variação negativa (de 1,1 p.p) em relação ao ano anterior.

Por último, apenas 14,1% da população analisada possuía superior completo com um rendimento médio de 4.152 reais. Tal rendimento constatou-se como sendo 3,04 vezes maior quando comparado àqueles com ensino médio completo e 5,54 vezes quando comparado ao rendimento daqueles que não possuíam o ensino fundamental completo. E, mesmo sendo próximo do rendimento da população nordestina com o mesmo grau de instrução, ainda é 1,23 vezes menor quando comparado ao Brasil.

É importante destacar a variação positiva nos rendimentos recebidos pelos cearenses que possuíam ensino superior no período. Para os que possuíam ensino superior incompleto a variação foi de 4 p.p e 1,3 p.p para aqueles que já haviam concluído o ensino superior.

3. Indicadores de concentração de renda

Os Gráficos 3a e 3b apresentam, respectivamente, o valor do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos e o percentual do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos em relação ao Brasil. Observa-se que o estado do Ceará detinha, em 2016, um rendimento médio dos 50% mais pobres de R\$ 507,00, passando para R\$ 497,00 em 2017. Em termos relativos, esses valores são similar à região Nordeste, contudo, inferiores à média nacional. O Gráfico 3b, especificamente, mostra que o percentual do rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos no Ceará em 2016 representava 65,6% do rendimento médio desse grupo para o Brasil, já em 2017 esse valor era de 65,9%. Pode-se destacar com essa informação que o decréscimo do rendimento médio desse grupo populacional foi mais elevado no Brasil do que no estado do Ceará.

Gráfico 3a: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos.

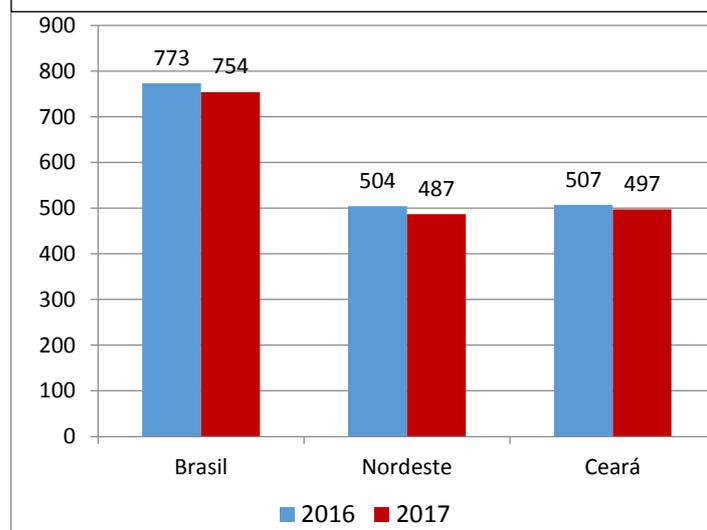
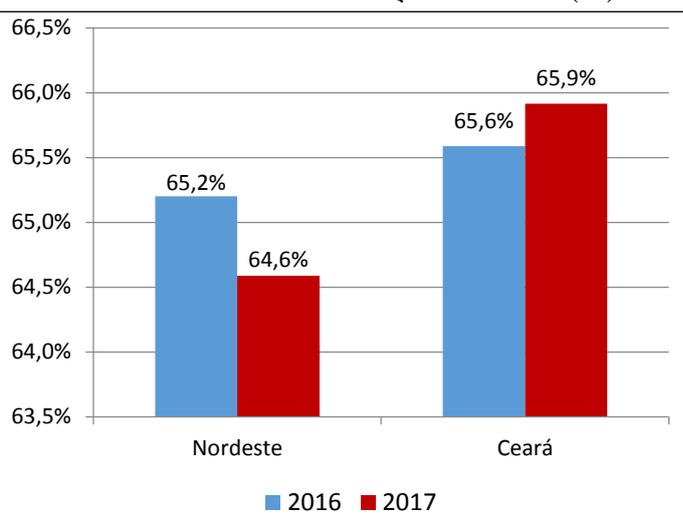


Gráfico 3b: Percentual do Rendimento médio de todos os trabalhos dos 50% da população com os menores rendimentos em relação ao Brasil (%).

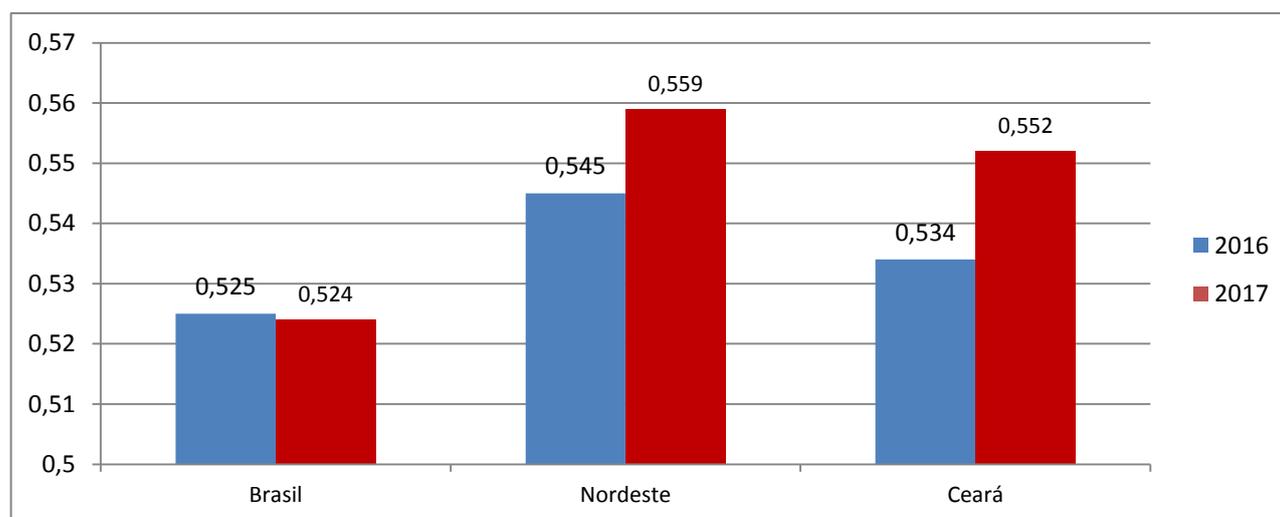


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

Nota: (1) Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

Uma medida tradicionalmente utilizada para aferir o nível de desigualdade em uma sociedade é o Coeficiente de Gini². O Gráfico 4 expõe o cenário da desigualdade do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil, nos anos de 2016 e 2017. Destaca-se que o Ceará e a região Nordeste apresentaram crescimento do índice de Gini nesse período. O Estado apresentava em 2016 coeficiente de Gini de 0,534, passando para 0,552 em 2017. Valor superior ao Brasil, mas inferior à região Nordeste.

Gráfico 4: Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

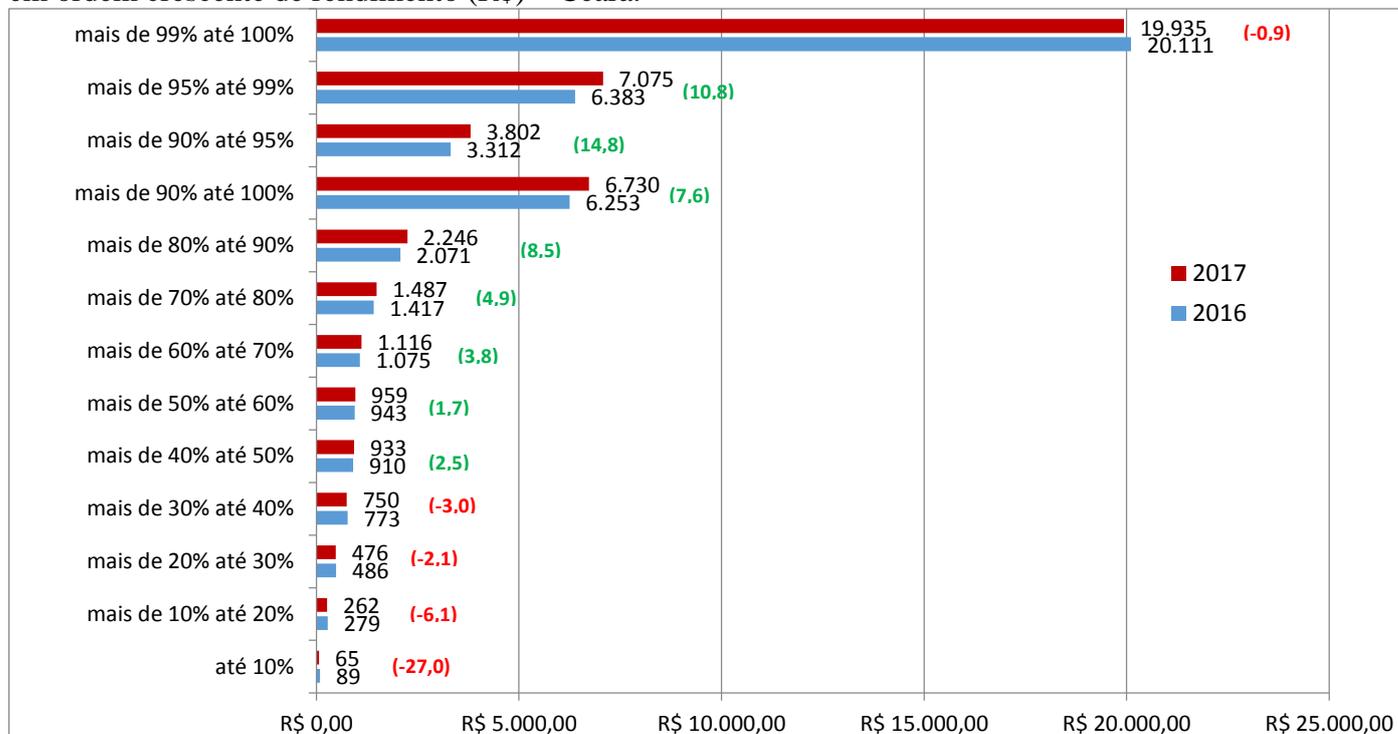
Nota: Rendimento efetivamente recebido no mês de referência, a preços médios do ano.

Outra maneira de verificar alterações na desigualdade é analisar os diferenciais de rendimento pelos percentis da população. O Gráfico 5 apresenta o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimentos para o estado do Ceará nos anos de 2016 e 2017. Por meio desse indicador, identificou-se que a renda média dos 10% mais pobres da população era de R\$ 89,00 em 2016, enquanto que para o mesmo ano os 10% mais ricos detinham renda média de R\$ 6.253,00. Ademais, no ano de 2017 a renda dos 10% mais pobres reduziu 27%, passando para o valor médio de R\$ 65,00. Em contrapartida, o rendimento médio dos 10% mais ricos aumentou 7,6%, alcançando o valor médio R\$ 6.730,00.

De modo geral, nota-se que os 40% da população com menores níveis de rendimentos apresentaram redução em suas rendas nesse período compreendido entre 2016-2017, ao passo que os 60% dos indivíduos com maiores rendimentos, com exceção do primeiro percentil, apresentaram crescimento médio de rendimentos no período estudado.

² O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Gráfico 5: Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, segundo as classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento (R\$) – Ceará.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

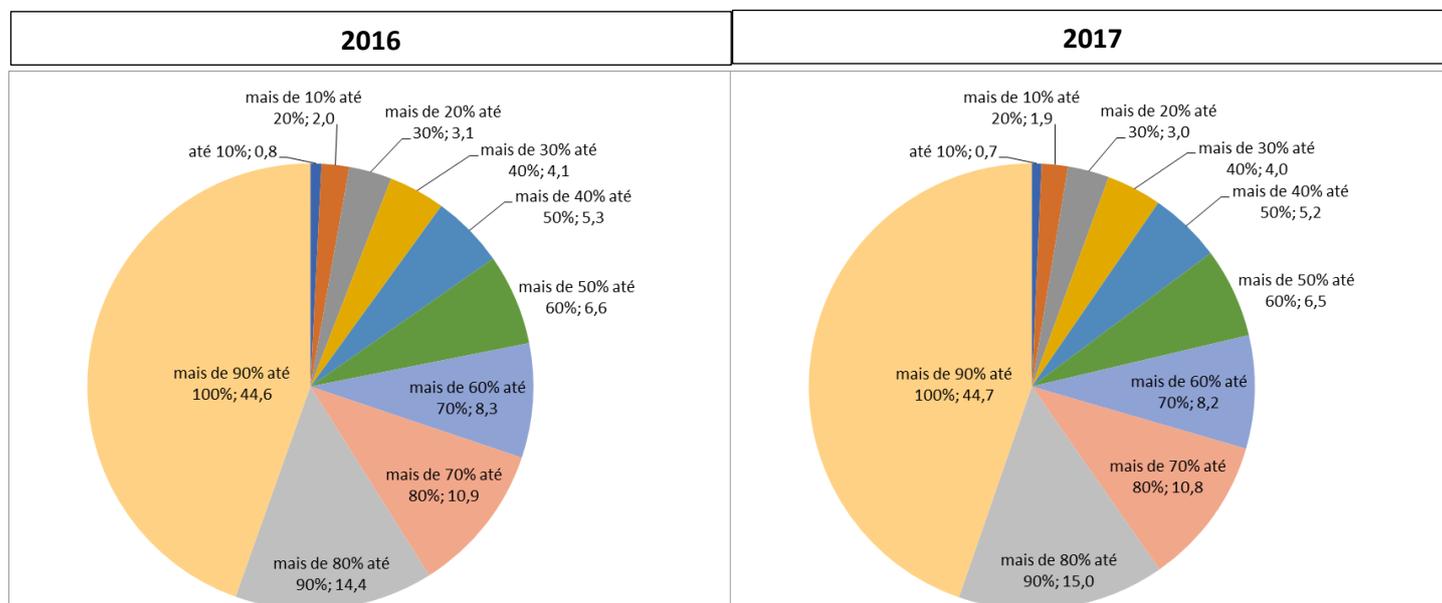
Nota: Variação percentual entre parênteses.

3. Massa de rendimento mensal real domiciliar per capita³

A massa de rendimento mensal real domiciliar per capita, efetivamente recebido no mês de referência no Ceará, aumentou de 7,1 para 7,4 bilhões, entre 2016 e 2017. Na distribuição da população por classes de decis, a parcela dos 10% com menores rendimentos entre os cearenses detinham apenas 0,7% da massa. Enquanto que os 10% com maiores rendimentos detinham em torno de 44,7% da massa, além de permanecer estagnado no período.

³ O rendimento domiciliar per capita é a divisão dos rendimentos domiciliar pelo total de moradores.

Gráfico 6: Distribuição da massa de rendimentos mensal real domiciliar per capita, segundo classe de percentual das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* em ordem crescente (%).



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017. Elaboração IPECE.

Nota: (1) Pessoas com rendimento efetivamente recebido no mês de referência.

4. Considerações Finais

Embora a passagem de 2016 para 2017 tenha sido marcada pelo fim da recessão econômica no Brasil, observada desde 2015, a retomada do crescimento econômico e o controle da inflação não foi o suficiente para a redução da desigualdade de renda no Ceará. Em parte, o aumento do Índice de Gini no período se deve a perda de rendimento médio real daqueles que ganhavam menos, enquanto que na parte superior da distribuição (os que ganhavam mais) aumentou. O rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos 50% da população com menores rendimentos caiu de R\$ 504 para R\$ 487, entre 2016 e 2017. Elevando o Índice de Gini de 0,534 para 0,552. Observou-se que este efeito foi provocado pela redução das rendas dos 40% da população com menores níveis e pelo aumento dos rendimentos dos indivíduos que detinham os 60% dos maiores rendimentos.

A concentração da massa de rendimentos mensal domiciliar *per capita* no estado é relativamente significativa, pois, somente a população com os maiores rendimentos detinham mais de 44% da massa. Enquanto que os 10% com menor rendimento possuíam 0,7% da massa.

No entanto o aumento de desigualdade aparece porque essa elevação de renda média não foi bem distribuída entre os trabalhadores sendo que os maiores ganhos se deram na faixa de renda mais elevada e para a faixa de até 30% dos menores rendimentos, inclusive, houve redução.

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

ENFOQUE ECONÔMICO - Nº 183 – Abril/2018

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Título: Rendimento de todas as fontes 2016 e 2017 no Ceará

Elaboração:

Décio Nonato Chaves de Assis (Assessor Técnico)

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)

Rayén Heredia Peñaloza (Técnica DISOC)